


ELES ESTÃO AQUI: NARRATIVAS DE PROFESSORES (AS) SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EMPRESAS MINERADORAS E ESCOLAS¹

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-211>

Data de submissão: 20/02/2025

Data de publicação: 20/03/2025

Maria Isabel Antunes-Rocha²

Doutora em Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

isabelantunes@ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4044-6723>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1911927428620105>

Rossely Valoni de Jesus³

Doutoranda em Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

lilivaloni@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1795-2166>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3742093166297711>

Adriane Cristina de Melo

Doutora em Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: adrianecmh@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6059-6788>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2717592342764414>

RESUMO

Este artigo identifica e analisa as práticas construídas na relação entre as empresas mineradoras e as escolas no contexto do rompimento da Barragem de Fundão. O rompimento, ocorrido em 2015, tem impactado as formas de produzir e reproduzir a vida na região atingida. O trabalho ancorou-se no conceito de Silêncio Pedagógico, concebido para denominar a existência de um silenciamento na prática escolar sobre o tema do rompimento e os consequentes danos socioambientais da mineração. Dentre os fatores que produzem o silêncio, identifica-se a relação entre mineradoras e as escolas. Para tanto buscou-se identificar como os professores compreendem essa relação por meio dos resultados de três pesquisas realizadas por meio de entrevistas narrativas. Foram utilizadas 12 entrevistas com educadores (as) que atuam na escola do Povoado de Bento Rodrigues, em Mariana e, em escolas do Distrito de Amarantina, em Ouro Preto. Os resultados indicaram que as empresas estabelecem a relação por meio de quatro ações: financiamento de eventos; doação de materiais e uniformes escolares; oferta de formação continuada para docentes; e participação ativa em atividades que trabalham o tema do Meio Ambiente. Tais ações, a partir das narrativas dos professores, se configuram como evidências de que a relação entre empresa/escola contribui para construir e manter o

¹ A expressão “Eles estão aqui” faz parte da narrativa da entrevista P4EC, uma das fontes utilizadas para este artigo.

² Uma das pesquisas que dá suporte para este artigo foi realizada com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

³ Agradeço ao Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) por promover ação de desenvolvimento para minha participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*.

silenciamento em torno do rompimento e, portanto, do desenvolvimento de uma perspectiva crítica com relação à prática minerária.

Palavras-chave: Relação empresas minerárias e escolas. Educação-Mineração. Rompimento da Barragem de Fundão. Bento Rodrigues. Amarantina.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute como os professores compreendem a relação de parcerias estabelecidas entre as empresas do setor minerário e as escolas no contexto do rompimento da Barragem de Fundão (RBF). O RBF, ocorrido em 05 de novembro de 2015, em Mariana (Minas Gerais), causou danos econômicos, políticos, sociais, culturais e socioambientais em 49 municípios localizados na Bacia do Rio Doce nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A lama, formada por rejeitos de minério de ferro e tudo que foi arrastado no trajeto, foi carregada pelos cursos hídricos até o Oceano Atlântico. No entanto, há municípios que não foram reconhecidos de forma integral como atingidos, por não terem recebido a lama física. Ouro Preto, em Minas Gerais, por exemplo, sofreu afetações como desemprego, diminuição da receita de tributos municipais ligados aos *royalties* do minério, dentre outros (Marques, 2024).

Desde então, o RBF tem sido investigado em suas causas e consequências por pesquisadores (as) vinculados a instituições de âmbito nacional e internacional (Costa; Knop; Felipe, 2021). O Grupo de Estudos em Educação, Mineração e Meio Ambiente (GEMA), constituído por docentes, estudantes e egressos da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, tem estudado os impactos do RBF no contexto escolar a partir da vinculação entre mineração, rompimento e os desafios da reconstrução dos modos de produzir e reproduzir a vida dos Atingidos. Para tanto, o grupo desenvolve projetos de ensino, pesquisa, extensão, eventos e publicações (Antunes-Rocha *et al.*, 2020; 2021a; 2021b; 2023; Antunes-Rocha, Hunzicker, Fantinel, 2020; Antunes-Rocha, 2023; Antunes-Rocha, Santos, 2024; Antunes-Rocha, Hunzicker, 2022; Hunzicker, Antunes-Rocha, 2022; Berezusky, 2023; Carvalho, 2022; Hunzicker, 2019; 2022; 2024; Jesus, 2025; Luz, 2023; Oliveira, 2021).

Os resultados desses trabalhos evidenciaram, dentro outros achados, que o rompimento e seus impactos não têm sido trabalhados na prática escolar e, o que chama atenção é a forma como o tema mineração e seus danos socioambientais são discutidos de modo a não contribuir para uma compreensão problematizadora e multidisciplinar de suas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Para melhor compreender esse processo, foi elaborado o conceito de “Silêncio Pedagógico” (Hunzicker, Antunes-Rocha, 2022b; 2023) como uma possibilidade de nomear, caracterizar e dar visibilidade a uma prática que demanda estudos para uma maior compreensão de suas causas e seus efeitos. Destarte, Hunzicker e Antunes-Rocha (2023) elencaram sete fatores, identificados a partir de pesquisas, que estruturam o Silêncio Pedagógico:

1- Idealização da mineração como prática econômica na história brasileira. 2-Vínculo socioeconômico da população com as empresas. 3- Atuação das empresas mineradoras junto

às escolas. 4- Invisibilidade das diferentes práticas minerárias. 5- Distanciamento geográfico dos empreendimentos minerários em larga escala. 6- Desconhecimento da (in)segurança de barragens localizadas próximas às escolas ou em rota de circulação de transporte escolar. 7- Formação inicial e continuada de professores com pouca ênfase na articulação entre contexto econômico e prática escolar (Hunzicker; Antunes-Rocha, 2023, p. 159).

A partir dessa caracterização, o grupo de pesquisas GEMA tem se debruçado sobre o entendimento de cada um desses fatores, com a compreensão de que se estruturam em uma totalidade e, portanto, faz-se necessário entender cada um como parte de uma realidade mais ampla. Para tanto, selecionou-se o Fator 3 – Atuação das empresas mineradoras junto às escolas – como tema deste artigo.

O relacionamento entre empresas e escolas da Educação Básica, no contexto minerário, já foi apontado em outros estudos (Lima e Trein, 2015; Almeida, 2016; Alves *et al.*, 2020; Oliveira, 2021; Hunzicker, 2019; 2024). No levantamento bibliográfico sobre o tema, foi possível identificar que as empresas mineradoras realizam atividades pedagógicas nas escolas em parceria com secretarias de educação e gestores escolares, notadamente, nas atividades relacionadas à semana do meio ambiente, na distribuição de materiais didáticos, na formação de professores, na realização de benfeitorias nos espaços físicos e no apoio financeiro e logístico a eventos. A “Revista Ecológico” distribuída pela mineradora Samarco aos professores da rede municipal de Mariana, em 2015, antes do RBF, era utilizada como meio de divulgação dos seus resultados, tais como “Em 2014, o Programa Gerdau Germinar beneficiou mais de 8.500 alunos e educadores. [...] em projetos de educação, preservação e conscientização ambiental [...]” (Revista Ecológico, 2015, p. 16 *apud* Hunzicker, 2024, p. 50). No pós-rompimento, a parceria permanece com a oferta de programas de formação continuada para professores, de materiais didáticos e de atividades educativas para estudantes (Hunzicker, 2024). Segundo Alves *et al.* (2020, p. 70), essas práticas se constituem como “[...] estratégias empresariais para capturar projetos e dinâmicas formativas nos territórios minerados; e, não menos importante, a disputa de narrativas [...] para influenciar conteúdos e sentidos da educação”.

Nesse sentido, é que, neste trabalho, buscou-se realizar a escuta de professores que atuam em escolas situadas nos Povoados de Bento Rodrigues (Mariana) e no Distrito de Amarantina (Ouro Preto), com o objetivo de identificar como esses profissionais estão elaborando suas formas de pensar, sentir e agir com relação à presença das empresas mineradoras no cotidiano escolar e as relações que esses processos estabelecem na construção do Silêncio Pedagógico. Para tal, buscaram-se dados produzidos a partir de três pesquisas. As pesquisas 1 e 2 foram desenvolvidas na Escola Municipal Bento Rodrigues (Hunzicker, 2019; Antunes-Rocha *et al.*, 2020) e a pesquisa 3 em escolas do Distrito de Amarantina (Jesus, 2025).

2 CONTEXTO DAS PESQUISAS

O Povoado de Bento Rodrigues, localizado na zona rural do município de Mariana, foi constituído no século XVIII em função da atividade minerária. Nos dois primeiros séculos predominou a extração aurífera e, ao longo do século XX, a mineração do ferro ganha relevância. Desde sempre a prática é marcada pela presença do capital internacional, pela produção para exportação e por tensionamentos relacionados as formas de relação com o meio ambiente e com as condições de trabalho.

Antes do RBF, a Escola Municipal Bento Rodrigues se localizava a aproximadamente 6 km da Barragem de Fundão. Era cadastrada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como uma escola rural. Em 2015, atendia 102 estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (Hunzicker, 2019). Ao ser atingida pelo RBF, a escola foi transferida para a sede de Mariana, onde passou por dois endereços provisórios em quase 9 anos de espera pela construção da nova escola. A escola desterritorializada foi inserida em um novo contexto social, cultural e econômico na área urbana de Mariana. Alguns estudantes e professores tiveram sua saúde mental prejudicada e passaram por atendimento psicológico (Santos; Carvalho; Ribeiro, 2019).

Durante o período de reterritorialização da escola no reassentamento, Novo Bento Rodrigues, foram realizadas atividades pedagógicas na nova escola para construção da identidade socioterritorial. A escola foi o primeiro bem coletivo com as obras finalizadas no reassentamento, assim, iniciou seu funcionamento em agosto de 2023. Neste momento, a escola contava com 132 alunos matriculados nas séries iniciais e finais do ensino fundamental (Hunzicker, 2024).

O RBF provocou uma desterritorialização dos moradores do Povoado (Hunzicker, 2024). Desde então, vivenciam um processo que envolve uma mudança brusca nos modos de vida e de moradia, perda de todos os bens materiais, conflitos com a empresa, tensões nas negociações nos processos de reparação e compensação dos danos, dificuldades socioemocionais para adaptação e sobrevivência em quase uma década de espera pela reconstrução das residências. Diante desse cenário, os docentes da Escola de Bento Rodrigues vivenciam dificuldades para lidar com o tema do rompimento em suas práticas pedagógicas (Hunzicker, 2022).

A Figura 1 mostra algumas imagens nas quais a materialização da presença da empresa na Escola de Bento Rodrigues ocorre antes e no pós-rompimento. A relação é um processo naturalizado, não causa estranheza, pois a escola divulga um evento em que a empresa faz doações para a escola em suas redes sociais (Figura 1-A). A Figura 1-B expõe uma oficina de formação de educadores financiada pela mineradora Vale.

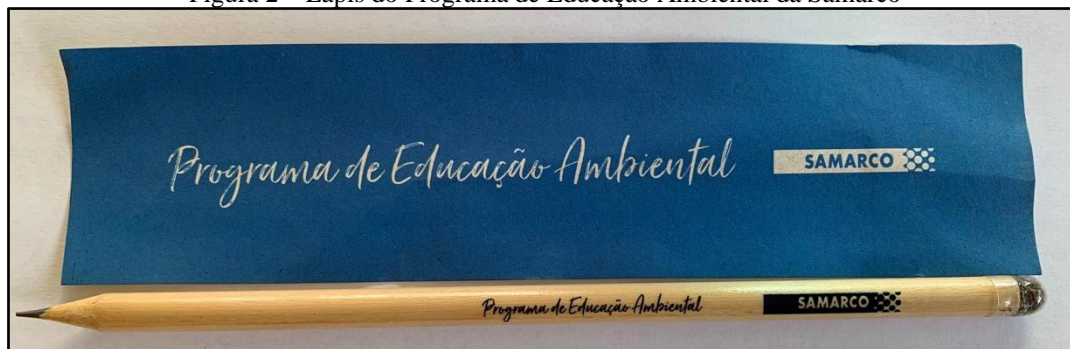
Figura 1 – Imagens com evidências da relação empresa/escola em Bento Rodrigues



Fonte: Foto A: Facebook da Escola de Bento Rodrigues (2014), Foto B: Facebook da Escola de Bento Rodrigues (2016). Edição e publicação de Hunzicker 2024 (p. 106).

Da mesma forma, a oferta de materiais didáticos pela empresa é considerada um procedimento comum na rotina escolar. Na figura 2 vê-se a logomarca da empresa e o nome do Programa associado à doação. Geralmente, professores e alunos recebem um exemplar que passa a ser utilizado diariamente, cumprindo assim a função pedagógica de ensinar por associação de estímulos.

Figura 2 – Lápis do Programa de Educação Ambiental da Samarco



Fonte: Acervo de Adriane Cristina de Melo

Assim como Bento Rodrigues, a história de Amarantina tem relação com as práticas minerárias. O início de seu processo de territorialização se deu no período colonial por pessoas que estavam a procura de terras férteis para produção de hortifrutigranjeiros, com o intuito de abastecer a região minerária da antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto (Gaspar, 2010). Após o RBF, uma atividade de extração de rochas instalada no final da década de 1970, próximo ao núcleo urbano, intensificou a produção ao fornecer matéria-prima para construção de diques e obras de reparação do RBF (Samarco; Ecobility, 2022). Além dessa atividade minerária, uma outra empresa mineradora, instalada na região,

iniciou, em 2021, o tratamento a seco de minério de ferro (SEMAD, 2021) e utiliza a principal via da localidade para escoar a produção (Jesus, 2025).

Essas atividades minerárias em Amarantina têm causado tensionamentos e alterações nos modos de produção e reprodução da vida dos moradores do distrito. Exemplos disso são, entre outros, a venda forçada de imóveis de moradores locais por meio da Servidão Minerária⁴ (Brasil, 2021), regulamentada pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Brasil, 1967), e as mudanças na agricultura familiar que utiliza águas do rio Maracujá e dos córregos da Prata, Ponte de Pedra, dos Vieiras, Cambraia, do Riacho, dos Coelho, Soledade (Ouro Preto, 2011) para irrigar hortas. Esses tensionamentos têm gerado a criação de associações de moradores, realização de reuniões, disseminação em noticiários de jornais, mobilizações na praça pública, participação em eventos organizados por movimentos sociais. Na figura 2, apresentam-se fotos de faixas afixadas por moradores em Amarantina.

⁴ “[...] instrumento que tem como objetivo viabilizar o empreendimento minerário. É uma área, situada dentro ou fora do polígono do título, para instalação das estruturas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos de lavra” (Brasil, 2021).

Figura 3: Faixas afixadas por moradores de Amarantina



Fonte: Jesus, 2025 (Acervo editado)

A rede de ensino em Amarantina é composta pelas Escolas Municipais “Major Raimundo Felicíssimo”, “Padre Antônio Pedrosa” com extensão na escola “Ana Pereira de Lima” e a Escola Estadual Professora Maria do Carmo. Somava, em 2023, 716 alunos matriculados na Educação Infantil, nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio em Tempo Integral, na Educação de Jovens e Adultos e no Curso Técnico em Ciência da Computação e, para tal, contava com 64 professores.

A materialização de ações desenvolvidas em escolas em Amarantina está apresentada na Figura 4. A Figura 4-A registra o momento da entrega de uniformes doados à Escola Major Raimundo

Felicíssimo pela Pedreira Irmãos Machado (Irmãos..., 2023) e, a Figura 4-B, uma atividade de Educação Ambiental desenvolvida na Escola Municipal Padre Antônio Pedrosa no povoado de Maracujá (Amarantina) pelo Programa Avante de Sustentabilidade – Grupo Avante/Mineração Ferro Puro.

Figura 4 – Imagens com evidências da relação empresa/escolas em Amarantina



Fonte: Foto A: Irmãos..., (2023); Foto B: https://www.instagram.com/p/C4-1rIGuKeE/?img_index=1. Edição e publicação de Jesus (2025).

O estudo que deu origem a este texto é impulsionado pela questão de como os (as) docentes têm lidado com a presença da empresa após o rompimento. Isso porque os impactos nos modos de produzir e reproduzir a vida são expostos no cotidiano da população pelas mídias sociais, pela movimentação de empresas e trabalhadores envolvidos nas obras de reparação, pelas passeatas, reuniões, faixas, presença de pesquisadores e de órgãos públicos que provocam debates sobre a responsabilidade da empresa no RBF. Sendo assim, a pergunta que se faz é como os (as) professores compreendem esta presença na atualidade, tendo em vista que há evidências que a relação entre empresa e escola permanece.

2 METODOLOGIA

As três pesquisas foram realizadas com educadores (as) por meio da aplicação de 28 entrevistas narrativas (Jovchelovitch; Bauer, 2003) para identificar como esses sujeitos estão pensando, sentindo e agindo com relação ao rompimento e aos impactos socioambientais da mineração. Para este trabalho foram selecionadas quatro entrevistas de professores (as) que atuam na escola em Bento Rodrigues, e oito nas escolas em Amarantina, totalizando 12 entrevistas.

Na pesquisa realizada por Hunziker (2019) na escola de Bento Rodrigues, foram selecionadas entrevistas de três professores, sendo dois do gênero masculino e um feminino. Os dois professores residem no município de Santa Bárbara e a professora em Ouro Preto. Sua idade no momento das entrevistas eram: 34, 42 e 43 anos. São docentes concursados e atuam na escola de Bento Rodrigues há menos de 10 anos, sendo uma professora há 8 anos, um professor há 6 anos e o outro há 5 anos. Contudo, atuam como docentes há 11 anos, 22 anos e 19 anos, respectivamente. Os três entrevistados atuam nos anos finais do Ensino Fundamental. A professora estudou a graduação e pós-graduação (mestrado) em duas universidades Federais e os dois entrevistados cursaram graduação e especialização (*lato sensu*) em instituições de ensino superior privadas.

A pesquisa conduzida por Antunes-Rocha *et al.* (2020) selecionou um sujeito entrevistado, identificado como do gênero feminino. É professora efetiva na escola de Bento Rodrigues. No momento da entrevista tinha 47 anos e atuava na escola há 21 anos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No trabalho desenvolvido por Jesus (2025), em Amarantina, foram selecionadas oito entrevistas. O total de quatro professores (as) que atuam nas Escola Municipal Major Raimundo Felicíssimo, um na Escola Municipal Padre Antônio Pedrosa, um na Escola Ana Pereira de Lima e três na Escola Estadual Professora Maria do Carmo. Seis docentes do gênero feminino e dois do masculino. Três residem em Amarantina e os outros residem em Cachoeira do Campo, Ouro Preto, Itabirito, Mariana e Belo Horizonte. Com idades variando entre 35 e 59 anos, dois professores lecionam há menos de cinco anos em escolas em Amarantina, dois lecionam entre 6 e 10 anos, dois, entre 11 e 15 anos e dois há 16 anos ou mais. Quatro lecionam no nível de ensino, três para a Educação infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, três para os anos Finais do Ensino Fundamental, um para o Ensino Médio e um para o Ensino Médio e para a Educação de jovens e Adultos.

Os (as) entrevistados (as) são identificados neste artigo por meio de um código composto por um número identificando a pesquisa (Pesquisa 1 – P1; Pesquisa 2 – P2; Pesquisa 3 – P3), pela letra E como abreviatura de entrevistado (a), seguido de letras em ordem alfabética (EA, EB, EC, e assim sucessivamente). Dessa forma, os (as) entrevistas estarão nomeadas conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização e identificação das fontes empíricas

Pesquisas	Códigos	Entrevistados(as)
HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. O rompimento da Barragem do Fundão: repercussões nos saberes e práticas das professoras da escola de Bento Rodrigues. Dissertação (Mestrado em Educação: Mestrado Profissional em Educação e Docência) - PROMESTRE. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2019. 173f.	P1	P1EF, P1EJ, P1EK

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; SANTOS, Marcelo Loures dos. Impactos do rompimento da Barragem de Fundão na identidade das escolas do campo: um estudo na perspectiva das representações sociais. Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.	P2	P2EB
JESUS, Rossely Valoni de. (no prelo) Representações Sociais de professores (as) sobre a prática minerária em Amarantina. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2025.	P3	P3EA, P3EC, P3ED, P3EE, P3EG, P3EH, P3EI, P3EK

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3 RESULTADOS

As entrevistas narrativas realizadas com educadores (as) das escolas dos Povoados de Bento Rodrigues e de Amarantina tiveram como objetivo identificar, sistematizar e analisar as representações sociais dos docentes sobre o RBF e a mineração. No conjunto de dados obtidos, os relatos sobre a relação entre as empresas mineradoras e as escolas chamaram a atenção. Observa-se que a parceria aparece nas narrativas por meio de quatro ações. Na primeira, ressalta-se o apoio com doações para eventos. Na segunda, está presente o apoio material para a escola e para os estudantes. Na terceira, é possível identificar o envolvimento da empresa com atividades de formação continuada de professores. Na quarta está presente a participação na ação pedagógica, com destaque para as práticas educativas referentes ao tema do meio ambiente.

O apoio aos eventos é narrado nas escolas de Amarantina e de Bento Rodrigues. Em Amarantina a entrevistada “P3EA” cita: “[...] tem algumas doações da pedreira aqui na escola [...]” (P3EA. Jesus, 2025). As doações foram detalhadas por “P3EB” ao dizer que, na “[...] festa junina [...]” eles doaram prendas pro bingo, [...] eles têm ajudado bastante na escola”. Situação também presente na escola em Bento Rodrigues quando o entrevistado “P2EC” faz referência à doação da mineradora: “Ela dava material, fazia festa de criança, qualquer festa de criança que tinha lá eles ajudavam, a gente não pode questionar isso, eu que assinava os ofícios pela associação, ela sempre contribuiu, sempre ajudou. [...]” (P2EC. Antunes-Rocha *et al.*, 2020, p. 75).

O apoio material aparece, por exemplo, na doação de equipamentos pedagógicos e uniformes escolares. O entrevistado “P3ED” narra que “[...] a escola tem uma parceria com a empresa, inclusive a parceria até é positiva, porque a empresa [...] forneceu alguns quadros brancos para a escola, forneceu uniforme para os alunos [...]” (P3ED). Jesus, 2025). A doação de uniformes foi publicizada em um jornal de circulação regional: “Nós precisamos reforçar a cada dia o compromisso da empresa com o fortalecimento da educação em Amarantina, através de parcerias público-privadas [...]” (Irmãos [...], 2023). O *site* da prefeitura também publicou sobre a doação:

Nesta terça-feira, 16 de maio, os alunos da Escola Municipal Raimundo Felicíssimo, de Amarantina, receberam uniformes novos. Junto com o diretor da escola, Célio Augusto

Pedrosa, e o vereador Naércio Ferreira a vice-prefeita Regina Braga firmou uma parceria com a Pedreira Irmãos Machado e mais de 1200 uniformes foram distribuídos (Ouro Preto, 2023).

Nessas duas ações, evidencia-se uma substituição do poder público tendo em vista que as empresas suprem necessidades básicas para o funcionamento escolar. Nesse sentido, a professora diz que “[...] a escola precisa dessa verba, então, né?”. (P3EE. Jesus, 2025). Ela complementa esclarecendo que é preciso “[...] de alguma forma tirar proveito dessas situações que são desastrosas e inevitáveis, né?” (P3EE. Jesus, 2025). O entrevistado “P3ED” caminha na mesma direção ao dizer que a mineradora está “[...] suprimindo um pouco até das deficiências, vamos dizer assim, de investimento, que o Estado, às vezes, tem uma dificuldade de estar investindo nessa questão educacional [...]” (P3ED. Jesus, 2025). Nesse mesmo sentido, a narrativa da entrevistada “P3EF” evidencia o procedimento da seguinte forma:

[...] em contrapartida disso a gente tem muito apoio da mineradora. Ajuda e auxilia bem a escola porque a gente sabe muito bem que só o poder público muitas vezes não mantém, financeiramente bem, uma instituição, tenta manter, mas não mantém. Então a gente tem uma instituição hoje com bom funcionamento, alguns equipamentos que a gente não tinha, muitos dados pela gestão pública mesmo, pelo prefeito, mas tem muito apoio da mineradora. Ela apoia muito a escola [...]. Às vezes, precisa de alguma coisa tipo, um transporte, um ônibus, pros meninos fazerem um passeio, uma coisa diferenciada, **eles estão aqui** (P3EF. Jesus, 2025).

Na frase “Eles estão aqui”, grifado no trecho da narrativa de P3EF, é, de certa forma, uma síntese da presença das mineradoras no cotidiano da escola, e por isso foi escolhido como título para o artigo. A força da expressão ganha relevância quando se escuta as narrativas sobre a presença das empresas na terceira ação, que diz respeito à participação das empresas nas atividades de formação continuada.

O envolvimento das empresas mineradoras, notadamente por meio de suas Fundações, em projetos voltados para formação continuada de professores é uma das práticas mais recorrentes na relação com as escolas e, por isso, quase não é percebida pelos professores (as). Nas 12 entrevistas, foram identificadas duas que mencionaram a atividade: “A gente aprendeu compostagem, por exemplo, veio a pessoa ensinar como fazia. A gente ensina para os meninos, não necessariamente, faz aqui com eles, mas passa o que a gente aprendeu para as crianças. Para eles replicarem em casa [...]”. (P3EF. Jesus, 2025). “Mas tinha o “Atitude Ambiental”, que era da Vale, que eles eram muito presentes na escola, sempre focado no professor [...]”. (P1EG. Hunzicker, 2019, p. 119). Como vimos nesses dois trechos das narrativas de “P1EG” e “P3EF”, tal situação, pode, portanto, influenciar as formas de pensar, sentir e agir dos (as) educadores (as) com práticas que sinalizam para manter um Silêncio Pedagógico sem elementos críticos sobre o tema.

Trata-se de uma ação que, de certa forma, se vincula diretamente ao envolvimento das empresas com as práticas pedagógicas relacionadas ao tema da Educação Ambiental. Nessas atividades, docentes e alunos vivenciam oficinas de reciclagem, dinâmicas, palestras, excursões, trabalhos práticos como horta e compostagem, para citar alguns, como aprendizes. Há sempre uma equipe que comparece à escola, desenvolve as formações e distribui materiais como conjuntos de caneta, lápis, cadernos, livros para colorir, jogos de montar, dentre outros, sempre contendo as cores e o logotipo da empresa.

A entrevistada “P3EG” menciona um passeio ecológico realizado pelo empreendimento minerário com alunos(as) e professores(as) da escola, “[...] eu já fiz com eles um passeio de visita ao Parque Ecológico do Tripuí [Estação Ecológica do Tripuí, em Ouro Preto]. Eu fui com os alunos? Fizemos uma visita lá [...]” (P3EH. Jesus, 2025). Outra entrevistada também narra eventos realizados na escola, operacionalizados por mineradoras: “Acontecem eventos aqui também, na escola: teatros, sempre tem alguma coisa para os meninos, teatro, tudo voltado ao meio ambiente [...]. Então, a gente tenta aplicar da melhor maneira. [...]. Teve também uma horta que eles vieram aqui fazer” (P3EF. Jesus, 2025).

O entrevistado “P3EG” também narrou uma atuação da empresa referente à construção de hortas nas escolas como uma atividade relacionada às questões ambientais: “Porque tem muitos projetos, né? Eles trabalham muito nessa área de projetos, de incentivo na escola [...] doando pra escola as mudas, plantando nas escolas” (P3EI, Jesus, 2025).

Relacionado ao tema do meio ambiente, a professora fala sobre atividades realizadas em conjunto: “Tem festa do dia do Meio Ambiente, eles vêm, do Dia da Árvore, [...]” (P3EB. Jesus, 2025). Outra professora discorre sobre esse tema desenvolvido nas escolas: “A mineradora lá trabalha muito com esses temas, sobre o meio ambiente e dos benefícios que trazem pra a gente” (P3EJ. Jesus, 2025). Ao evidenciar a ausência da temática da mineração em suas práticas educativas, o professor “P1EK” cita a atuação de uma fundação contratada pela mineradora para desenvolver atividades ambientais na escola em Bento Rodrigues:

Olha, dentro do meu conteúdo da [disciplina], eu nunca cheguei a trabalhar [...] durante as minhas aulas [...] eu não tinha muito foco na área de mineração não, mas a própria Samarco desenvolvia, na escola, projetos [...] temas voltados para mineração, para o meio ambiente, que parece ser uma contrapartida que a empresa tem de prestar o serviço. E era na época monitorado pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI) [...]. (P1EK. Hunzicker, 2019, p. 118).

Percebe-se, na entrevista narrativa de “P1EK”, que a discussão sobre a mineração não estava presente na prática educativa. Contudo, a empresa mineradora se fazia presente no ambiente escolar

por meio de projetos implementados por uma fundação contratada por ela para desenvolver projetos ambientais. O trecho do entrevistado “P1EK” destaca que essa ação “parece ser uma contrapartida”, portanto, a narrativa evidencia que o professor tem a compreensão que a mineradora causa impactos socioambientais e precisa investir localmente, ou seja, não se trata de uma caridade ou doação, mas de uma medida compensatória. A seguir, os professores das narrativas apontam como eram desenvolvidas as atividades na escola de Bento Rodrigues: “Aparece alguns projetos de educação ambiental, tanto da secretaria de educação quanto muitos das próprias empresas mineradoras, principalmente da Vale. Da Samarco já chegou a aparecer também”. (P1EG. Hunzicker, 2019, p. 119). “[...] propunha trabalhar questão de plantio de árvores, [...] projetos voltados para questão do meio ambiente, sempre era algo que era ofertado na escola. Tinha oficinas com os alunos, plantações de árvores, isso tudo era desenvolvido na escola, lá no Bento Rodrigues, no período que eu trabalhei lá” (P1EK. Hunzicker, 2019, p. 118).

O professor “P1EL” expõe outra forma de atuação das mineradoras com relação à educação ambiental: “A Samarco e a Vale, sempre na região de Santa Rita e Bento, ela vinha dando muitas palestras sobre meio ambiente, conscientização do meio ambiente. [...]” (P1EL. Hunzicker, 2019, p. 118).

Nessa perspectiva, Hunzicker (2024, p. 47) ressalta:

O Silêncio Pedagógico se dá, portanto, em várias configurações, dentre as quais reflete-se que as discussões sobre Educação Ambiental não se relacionam na maioria das vezes às pautas de degradação socioambiental locais provocadas pelas empresas propulsoras de tais projetos, além de tratar das questões ambientais por meio do discurso de sustentabilidade, que cada um deve preservar agora visando a garantia de recursos naturais para as gerações futuras.

4 DISCUSSÃO

Nas narrativas descritas é possível identificar que os (as) professores (as) compreendem a participação da empresa na escola como substituta do poder público e como uma contrapartida dos danos socioambientais causados na região.

Almeida (2016, p. 70), ao analisar a parceria entre o público e o privado, pondera sobre a circulação de um discurso criado pelas empresas no ambiente escolar, que, “além de tentar encobrir os impactos socioambientais ocasionados pela atividade minerária, demonstra um deslocamento da lógica do Estado para a lógica do mercado e da sociedade civil, do público para o privado”. Complementarmente, Alves *et al.* (2020) afirmam que as empresas oferecem recursos financeiros que deveriam ser provenientes do poder público. Em contrapartida, tais empresas se beneficiam da situação ao implantar uma ideia de parceira da escola e, com isso, disseminam uma imagem positiva de boas práticas nas comunidades onde atuam.

Vale ressaltar que as redes públicas recebem recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), com destinação específica para aquisição de instrumentos pedagógicos e de material escolar. É facultada a aquisição de uniformes com recursos oriundos dos repasses para assistência social. O que chama atenção é a participação do poder público como ente que apoia e acompanha a parceria. A divulgação nos meios de comunicação é um procedimento que demanda uma compreensão mais aprofundada, pois é possível dizer que há o interesse de que a comunidade como um todo esteja ciente das ações desenvolvidas e que elas são legitimadas pelas autoridades locais. De certa forma, é uma estratégia para construir a imagem de uma empresa que, de forma contraditória, está em litígio com os pais, mas em uma relação de benfeitora com os filhos.

As narrativas sobre as ações voltadas para a parceria no trabalho pedagógico com o tema meio ambiente não trazem uma problematização dos danos ambientais provocados pelas empresas na região. Essa pode ser considerada como uma das faces da relação empresa/escola, como uma das dimensões do Silêncio Pedagógico que se tornaram visíveis após o RBF. O foco de uma Educação Ambiental centralizada em atitudes como plantar hortas, reciclagem, excursões para áreas preservadas, para citar algumas, em um contexto em que as formas de produção e reprodução da vida estão ameaçadas provoca uma descontextualização da prática pedagógica. Encontramos nas narrativas professores envolvidos com a discussão sobre como reciclar papel (que se diga de antemão é necessária) em uma situação em que os próprios docentes, pais e alunos estão vivenciando, há quase uma década, o drama de águas e solos contaminados, a instabilidade em função das mudanças de moradia e da perda dos bens materiais e imateriais, a desapropriação forçada, inclusive em áreas de agricultura familiar, onde supostamente as hortas existem como garantia alimentar e de complementação de renda.

No formato em que é narrado pelos professores, é possível dizer que as práticas de Educação Ambiental se inserem em uma concepção conservadora, na medida que trabalha com pautas ligadas à preservação da natureza e às práticas individuais, mas sem questionar as causas e consequências macrossociais dos danos ambientais (Martins; Freitas, 2022). Veiga *et al.* (2025) destacam a necessidade de uma Educação Ambiental que discute tanto as questões relacionadas ao meio ambiente quanto as interações humanas que o afetam. Nesse sentido, a escola é um espaço propício para promover reflexões sobre a utilização consciente de recursos naturais.

Uma das narrativas traz o termo contrapartida como forma de registrar que as doações e o apoio às práticas pedagógicas é uma forma de contrabalançar os danos provocados pelas empresas. Se a princípio essa é uma compreensão que anuncia uma perspectiva mais crítica sobre esta relação com a escola, por outro lado, pode também sinalizar uma aceitação do inevitável. Existem danos que

não podem ser controlados, então, o mínimo a fazer é recompensar as pessoas atingidas. Mas vale considerar que a implementação de contrapartidas é uma das garantias do apoio da população no momento de solicitar licenciamento ambiental para projetos vinculados à atividade minerária (Martins; Freitas, 2022).

Outro ponto a ser discutido diz respeito à forma como as empresas lidam com as escolas. O lugar de parceiros que ajudam em pequenos desafios, como recursos para realização de uma excursão, compras de equipamentos e doações de uniformes é, sem dúvida, um caminho que leva diretamente às famílias, e, portanto, à comunidade. Mas também contribui para criar barreiras que impedem a emergência de compreensões mais críticas sobre o RBF. O relatório do PoEMAS (2015) chama atenção para as ações filantrópicas como uma forma de cessar e/ou controlar os conflitos com a população atingida pelo RBF.

A contestação social ante a degradação promovida pelas mineradoras nos territórios vem sendo compreendida enquanto um risco para o mundo empresarial e, para gerenciar este risco, as empresas buscam realizar uma série de ações nomeadas de sustentabilidade e responsabilidade social. Acreditam que ao promover uma aproximação com as comunidades, através de ações filantrópicas, investimentos em projetos sociais, relacionamentos institucionais etc. poderiam fazer cessar ou mesmo antecipar-se aos conflitos socioambientais (PoEMAS, 2015, p. 37).

A relação empresa/escola é, certamente, uma prática com longa duração histórica, marcada por apoios financeiros, logísticos e pedagógicos que, na maioria das vezes, suprem, nas escolas, as ausências do poder público. Os gestores e professores ficam agradecidos pelo apoio e reconhecem a validade da parceria. Mas a parceria vai além da escola, pois alcança os pais e a comunidade como um todo. Assim, é possível compreender como o silêncio em torno do rompimento, identificado em todas as pesquisas realizadas nessas escolas, se mantém mesmo em um contexto em que os impactos são visíveis e estão afetando as formas de produzir e reproduzir a vida das pessoas.

5 CONCLUSÃO

A literatura aponta que o setor da indústria mineral, vem, historicamente, firmando vínculos por meio de ações desenvolvidas nas escolas. Ao focalizar como os professores de Bento Rodrigues e Amarantina compreendem essa relação será possível perceber como as práticas se materializam no cotidiano escolar. Este artigo evidenciou os resultados de três pesquisas desenvolvidas com educadores (as) que atuam em cinco escolas públicas, localizadas no Povoado de Bento Rodrigues (Mariana), e no Distrito de Amarantina (Ouro Preto).

Os dados apontam que as ações empreendidas por meio de apoio financeiro e logístico para eventos, com apoio financeiro para aquisição de equipamentos e uniformes escolares e com

participação ativa na formação de professores e na construção de práticas pedagógicas para o trabalho com o tema da Educação Ambiental, são indicadores de que a relação das empresas com as escolas se constitui como um dos fatores relevantes na construção do Silêncio Pedagógico.

Esta reflexão está fundamentada nas narrativas dos professores que evidenciam ações filantrópicas, as quais, em sua maioria, substituem a responsabilidade dos entes públicos. Neste tipo de relação, o lugar de quem recebe é de agradecimento pela boa ação. Sendo assim, não cabe críticas ou até mesmo a emergência de vínculos que sinalizam para uma relação entre iguais. Quem doa está sempre acima de quem recebe, pois está implícito nesse modelo que alguém tem algo a ser doado para quem não tem, ou até mesmo tem dificuldades para conquistar.

No que diz respeito às narrativas que evidenciam as estratégias utilizadas pelas mineradoras para implementar a pauta ambiental nas unidades escolares, é possível dizer que são ações voltadas para uma perspectiva que pode ser denominada de conservadora. Isso porque tendem a atribuir uma responsabilização de preservar o meio ambiente de forma individualizada a cada cidadão. Além disso, observa-se nas narrativas que não há elementos que apontam para uma problematização sobre como essas empresas provocam danos socioambientais em seus processos de extração, beneficiamento, transporte e transformação dos recursos minerais em bens industriais. Ao focalizar no cuidado com o meio ambiente, observa-se um deslocamento das causas e consequências do RBF. Professores e estudantes empenham-se em práticas consideradas conservacionistas e não vinculam os danos ambientais ao processo de mineração e ao rompimento da barragem.

É preciso considerar que as relações de poder das mineradoras não se restringem à extração de recursos naturais por meio da dominação do território material. Para além disso, há uma intencionalidade de ocupar o território imaterial. Nessa perspectiva, são, portanto, utilizadas, por tais empresas, práticas no território onde atuam por meio do discurso vinculado à “Minero-dependência” (Coelho, 2018) de prática econômica necessária para gerar emprego e progresso. Pela tecnologia empresarial que cerca o empreendimento minerário, é possível dizer que esta é uma estratégia calculada, isto é, é preciso manter a população que vive no entorno das minas distante da experiência concreta dos danos ambientais, sociais e econômicos provocados pela extração mineral. A aprendizagem para não ver o que acontece à sua volta se torna muito mais eficaz quando se aprende na infância e juventude. Por isso o interesse na escola.

O diálogo das empresas mineradoras com a educação pública não se restringe às escolas de educação básica, como aponta Alves *et al.* (2020). Há parcerias e implementação de capital privado em Universidade e Institutos Federais para desenvolver projetos, pesquisas voltadas para o interesse

das empresas. Trata-se de um campo de pesquisas que precisa ser explorado, tendo em vista o seu potencial para formação de profissionais que, no futuro, atuarão nas empresas.

A ausência do RBF como tema a ser trabalhado na prática escolar é, sem dúvida, resultado de muitos fatores, mas é importante compreender cada um deles para que seja possível construir formas de intervenção ancoradas em uma compreensão mais ampliada e multifatorial do problema identificado. Por isso entende-se que os dados e as reflexões apresentados neste trabalho podem indicar possibilidades para novas pesquisas e também para projetos de formação de professores, de produção de materiais didáticos e pode contribuir para que o poder público possa construir modelos de gestão com maior delimitação sobre suas responsabilidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Grazielle M. de. Fundações empresariais e escola pública: uma análise sobre as implicações de uma formação continuada proposta pela Fundação Vale, para o trabalho docente. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação (FaE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.

ALVES, Murilo da Silva; CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de; MOTTA, Georgina Maria Vêras; FANTINEL, Lúcia Maria; IORIO, Gustavo Soares; COELHO, Tádzio Peters. Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: realidade e resistências, In: ALVES, Murilo da Silva; CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de; TROCATE, Charles; ZONTA, Márcio (Orgs.). Mineração: Realidade e Resistências. São Paulo: Expressão Popular. 1ª ed. p. 41-100. 2020.

ANTUNES-ROCHA, M. I., et al. Impactos do rompimento da barragem do Fundão na identidade das escolas do campo: um estudo na perspectiva das representações sociais. Relatório Final da pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais. Edital 04/2016 – Tecnologias para a recuperação da Bacia do Rio Doce – Linha Tecnologias Sociais. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa -COEP/UFMG EM 07/02/2017. Registro nº CAAE2 71489716.7.0000. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: https://1drv.ms/b/s!ApV_kitN_CPEhrZSG0djyxQzzWAdjw?e=RzuUvZ. Acesso em 17 fev. 2025.

ANTUNES-ROCHA, Maria I., et al. Educação em tempos de pandemia: construindo caminhos para a escolarização básica na região da Bacia do Rio Doce – MG. Relatório final do projeto de extensão apresentado à Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao Programa Participa da UFMG – Mariana– Rio Doce. Processo nº 23072.235093/2020-03. Belo Horizonte: UFMG, 2021a. No prelo.

ANTUNES-ROCHA, Maria I., et al. Rompimento da Barragem do Fundão: repercussões sobre a comunidade escolar de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. In: VICENTE, Natália M. de F.; SPERBER, Carlos F.; CARBONE, Marco (org.). Dia D do Rio Doce: um olhar científico sobre o maior desastre socioambiental do Brasil. Lavras: Editora UFLA, 2021b. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/48007>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; FANTINEL, Lúcia Maria. O rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão e os desafios para a educação. Revista Ciência & Cultura – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. v. 72, n. 2. São Paulo. p. 17-21. abr./jun 2020.

ANTUNES-ROCHA, Maria I.; HUNZICKER, Adriane C. de M. Mineração, Rompimento e Revitalização: desafios para a educação pública na Bacia do Rio Doce. Audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia sobre Mineração-Educação, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNb7jkWWPok>, 46m:41seg. – 1h:14min. Acesso em: 13 fev. 2025.

ANTUNES-ROCHA, Maria I. Representações Sociais em Movimento: pesquisas com professores no contexto do rompimento da Barragem de Fundão – Mariana, Minas Gerais. XII Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS) e X Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (CBRS). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2023.

ANTUNES-ROCHA, Maria I.; et al. Relatório de projeto de pesquisa etapa 2 e final: Possibilidades e limites da educação escolar no processo de reconstrução das áreas campesinas atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão, apresentado à FAPEMIG. Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2023.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; SANTOS, Marcelo Loures. Desafios e Possibilidades da Educação Escolar no Processo de Reconstrução das Áreas Campesinas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Belo Horizonte, Utópika, 2024.

BEREZUSCKY, Marina dos S. e C. O "Silêncio Pedagógico" no contexto minerário em Morro do Pilar-MG: narrativas de professoras (es) da Escola Estadual Intendente Câmara sobre o projeto de campo e sociedade. Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO/FaE/UFMG), 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. Perguntas frequentes. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos, Brasília. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 27 out. 2024.

CARVALHO, Cilésia Maria de Oliveira. O silenciamento pedagógico diante do rompimento da Barragem de Fundão: uma análise a partir da Escola Estadual “Padre José Epifânio Gonçalves”. 2022. 135f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência - PROMESTRE) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 22, n. 41, p. 252-267, jul./dez. 2018.

COSTA, Alfredo; KNOP, Rebeka G.; FELIPPE, Miguel F. A produção acadêmica acerca dos desastres tecnológicos da mineração em Mariana e Brumadinho (Minas Gerais). Confins: Revue franco-brésilienne de géographie, N. 52. 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/41045>. Acesso em: 7 fev. 2025.

GASPAR, Tarcísio de Souza. O Arraial de São Gonçalo do Tijuco: história, memória e patrimônio do distrito de Amarantina em Ouro Preto. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 41-69, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7712/7128>. Acesso em: 07 jun. 2022.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. O rompimento da Barragem do Fundão: repercussões nos saberes e práticas das professoras da escola de Bento Rodrigues. 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação: Mestrado Profissional em Educação e Docência) - PROMESTRE. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2019.

HUNZICKER, Adriane C. de M. “Aqui Tinha uma Escola”: Vozes Docentes sobre o Rompimento da Barragem de Fundão. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. 191p.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. Educação no contexto do rompimento da Barragem de Fundão: representações Sociais em Movimento de educadores (as) sobre a escola no reassentamento de Bento Rodrigues. 2024. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2024.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. A prática do silêncio pedagógico no contexto minerário. Revista Brasileira de Educação Básica, Belo Horizonte. Ano 7. Número Especial – Educação e Desastres minerários. ISSN 2526- 1126. jan. 2022. Disponível em: <http://rbeducacaobasica1.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2022/01/A-PRATICA-DO-SILENCIO-PEDAGOGICO-NO-CONTEXTO-MINERARIO.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

HUNZICKER, Adriane C. de M.; ANTUNES-ROCHA, Maria I. O Silêncio Pedagógico como prática educativa no contexto do rompimento da barragem de Fundão-Brasil. In: Instituto Scientia (orgs.). E-book “Estudos em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: Produções Multidisciplinares no Século XXI”, Florianópolis, Santa Catarina. ISBN 978-65-85047-25-8, 2023. p. 153-162. 2023. Disponível em: <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2023/03/capitulo-humanas-scientia-14.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2024.

IRMÃOS Machado entrega 1.200 blusas de uniforme para alunos da rede pública. O Liberal. Ouro Preto, 26, maio, 2023. Disponível em: <https://oliberalinconfidentes.com.br/wp-content/uploads/editions/edicao-1538.pdf> . Acesso em: 09 ago. 2023.

JESUS, Rossely Valoni de. Representações Sociais de professores (as)sobre a prática minerária em Amarantina. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2025.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 90-113. 2003.

LIMA, M. J. G. S. de.; TREIN, E. Implicações curriculares e pedagógicas da entrada de empresas em escolas públicas na promoção do desenvolvimento sustentável. In: LOUREIRO, C. F. B. & LAMOSA, R. de A. C. Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro. Editora Quarter. p. 164-196. 2015.

LUZ, Ângela M. Representações Sociais de professores (as) sobre estudantes que moram no campo: um estudo a partir da E. E. Padre José Epifânio Gonçalves. Dissertação (Mestrado em Educação: Mestrado Profissional em Educação e Docência – PROMESTRE). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2023.

MARQUES, Ellen J. O que o distrito de Antônio Pereira tem a ver com o rompimento da Barragem de Fundão?. Instituto Guaicuy. 2024. Disponível em: <https://guaicuy.org.br/duplamente-atingido/> Acesso em: 7 fev. 2025.

MARTINS, Sérgio; FREITAS, Eliano de S. A Educação Socioambiental na encruzilhada: as relações sociedade-natureza diante das “(ir)racionalidades” do capitalismo. Coleção Didática do Curso de Aperfeiçoamento Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização: desafios para a Educação. Escola do Rio Doce. Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto. Belo Horizonte. 69p. 2022. No prelo.

OLIVEIRA, Bárbara. Escola e produção de saberes: narrativas de jovens atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Mestrado em Educação. Dissertação (Mestrado em Educação). Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

OURO PRETO. Lei Complementar nº 93 de 20 de jan. de 2011. Estabelece normas e para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Ouro Preto, 2011. Disponível em: https://www.ouopreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/LC%20Municipal%2093%202011%20Normas%20para%20o%20parcelamento.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

OURO PRETO, Prefeitura Municipal de. Alunos da escola de Amarantina recebem uniformes. Ouro Preto, 17 maio 2023. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/3256>. Acesso em: 09 ago. 2023.

PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%c3%a3o-final.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SAMARCO Mineração S.A., ECOBILITY Engenharia e Consultoria Socioambiental Ltda. Estudo de Impacto Ambiental – EIA: projeto PDER eixo 1. jul. 2022. Disponível em: <https://www.samarco.com>. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS, Marcela A. de L.; CARVALHO, Maíra A.; RIBEIRO, Sergio, R. O cuidado em saúde mental dos atingidos na tragédia da Samarco: reflexões a partir da práxis. In. PINHEIRO, Tarcísio M. M.; et al. (org.). Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019.

SEMAD. Parecer nº 107/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 – Processo Nº 1370.01.0043937/2021-87. 2021. Disponível em: <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/gssot1t8is7Gk90SwQLxdZROS9y1qEgf.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

VEIGA, Maicon Guillard et al. Práticas sustentáveis no ambiente escolar: como engajar estudantes e comunidade. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v.7, n.3, p.12857-12872, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n3-158>. Acesso em: 18 mar. 2025.